



PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI-006079/2026

ITEM	ÍNDICE CONTEÚDO	PÁGINA
01	PREAMBULO	02
02	OBJETO	02
03	PRAZO	02
04	PREÇO ESTIMADO	03
05	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03
06	DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	03
07	CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO	03
08	PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	05
09	VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	05
10	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES	06
11	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	08
12	ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	08
13	FORMULAÇÃO DE LANCES	08
14	CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	10
15	NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	11
16	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	12
17	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	13
18	RECURSOS	17
19	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	17
20	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PRAZOS	18
21	NOTA DE EMPENHO	19
22	SUBCONTRATAÇÃO	20
23	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	20
24	REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇOS	20
25	FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL	21
26	EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO	23
27	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	24
28	GARANTIA CONTRATUAL	25
29	ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	26
30	CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)	26
31	IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	27
32	DISPOSIÇÕES FINAIS	27
33	DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO	28
34	FORO	29
ANEXOS		
I	TERMO DE REFERÊNCIA	30
I – A	CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO ESTIMATIVO	49
I – B	PREVISÃO DE EVENTOS E SUAS RESPECTIVAS QUANTIDADES ESTIMADAS	50
II	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	57
III	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	65
IV	MINUTA CONTRATUAL	81

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

1. PREAMBULO

1.1. **O Município de Macaé**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, adjudicação **POR ITEM**, sob o regime de **EXECUÇÃO INDIRETA** de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 4.960/2022, Decreto Municipal nº 026/2023 e 032/2026 e suas alterações posteriores.

1.2. Data da sessão: 30/06/2026

1.3. Horário: 09:00 horas (Horário de Brasília)

1.4. Local: Portal do Município de Macaé:
<https://transparencia.macaee.rj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> ou Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.compras.gov.br>

1.5. UASG: **985847**

2. OBJETO

2.1. O objeto desta licitação trata-se de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem desportiva, para atender diversas modalidades esportivas em eventos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

2.2. O Município de Macaé não se obriga a contratar os itens relacionados dos licitantes vencedores, nas quantidades indicadas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, respeitada a legislação relativa às licitações.

2.3. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Comprasnet SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

3. PRAZO

3.1. **A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano**, contado a partir da publicação do extrato da ata no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período**, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e observados os requisitos e condições previstos no art. 59-A do Decreto Municipal nº 026/2023 (incluído pelo Decreto nº 255/2025), admitida, na prorrogação, **a renovação dos quantitativos registrados por item, até o limite do quantitativo original**.

3.2. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3.3. A contratada deverá iniciar a execução a partir do recebimento da ordem de serviço/autorização de execução, informando em tempo hábil qualquer motivo que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

4. PREÇO ESTIMADO

4.1. O preço total estimado da presente licitação é R\$ **1.490.435,96** (um milhão e quatrocentos e noventa mil e quatrocentos e trinta e cinco Reais e noventa e seis centavos), conforme MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II deste Edital.

4.2. O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Macaé a utilizá-lo integralmente.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas oriundas deste Edital correrão por conta dos recursos orçamentários, conforme abaixo:

5.1.1. Programa de Trabalho: 27.812.0085.2.276.000

5.1.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

5.1.3. Número Reduzido (NR): 2198

5.1.4. Fonte: 704-1

6. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

6.1. As propostas devem indicar o preço líquido unitário, em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Para os itens **1, 3, 4, 7, 8, 12 e 13** do termo de referência, poderão participar deste pregão **quaisquer** empresas que:

7.1.1. Estejam previamente credenciadas no sistema eletrônico, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;

7.1.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do Sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização;

7.1.2. Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

7.1.3. Declarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que possuem os documentos necessários de habilitação previstos neste edital, sendo que a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta comercial sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

7.2. Para os itens **2, 5, 6, 9, 10 e 11** do termo de referência, poderão participar deste pregão **exclusivamente** empresas que:

7.2.1. Cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou Microempreendedor Individual (MEI) e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame;

7.2.2. Atendam aos requisitos especificados nos subitens 7.1.1 a 7.1.3;

7.3. No momento de inserção da proposta no Sistema Comprasnet SIASG, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

7.4. O licitante que se enquadrar como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

7.5. O licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

7.5.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

7.6. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

7.6.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690/2012, e a Lei Complementar nº 130/2009;

7.6.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

7.6.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

7.6.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

8. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

8.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do **Município de Macaé**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.3. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

9. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

9.1. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas:

9.1.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.1.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

9.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

9.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

9.1.3.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

9.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

9.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.1.7. Sociedades empresárias que estiverem recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;

9.1.7.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

9.1.8. Que tenham entre seus sócios o Prefeito, seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito ou Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções, nos termos do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

9.1.9. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

9.1.10. A pessoa jurídica organizada em consórcio, conforme justificativa presente no subitem 2.7 do termo de referência.

10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES

10.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.1.1. A etapa de que trata o **item 10.1** será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.2. O envio da proposta, nos termos do disposto no **item 10.1**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.3. No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:

10.3.1.1. Manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

10.3.1.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

10.3.1.3. Declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

10.3.1.4. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10.3.1.5. Declara, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.3.1.6. Declara, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

10.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.

10.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.6. Na etapa de apresentação da proposta, observado o disposto no **item 10.1**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o **item 15 do edital**.

10.7. A proposta deverá ser inserida no Sistema Comprasnet SIASG no momento do registro dos valores, no campo próprio, e a licitante deverá consignar de forma expressa:

10.7.1. Que compreende a descrição dos produtos ofertados, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o termo de referência – **anexo I** deste edital;

10.7.2. Que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos;

10.7.3. O prazo de execução dos serviços, contados do recebimento da solicitação do Município de Macaé;

10.7.4. O prazo de validade da proposta comercial, que será de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

10.8. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do Município de Macaé, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.9. A licitante que apresentar proposta incompatível com as especificações editalícias será desclassificada e não participará da etapa de lances.

10.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da etapa de lances, importa a desclassificação de sua proposta.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

11. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico <https://transparencia.macaerj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> ou <https://www.compras.gov.br>

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

11.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

12. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do termo de referência – **anexo I** e do modelo de proposta de preços – **anexo II** deste edital.

12.1.1. É exigido dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, mediante preenchimento em campo próprio do sistema ou, na sua falta, na forma do **anexo II** deste edital.

12.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

12.3. Somente as licitantes com propostas aceitas participarão da fase de lances.

12.4. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

12.5. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) no termo de referência – **anexo I** deste edital.

13. FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

13.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

13.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

13.3.1.A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

13.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta obedecerá ao(s) subitem(ns) a seguir:

13.4.1. Para os itens **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13** do termo de referência, o intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de R\$ 1,00 (um real).

13.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

13.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

13.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

13.7.1. Considerar-se-á inexequível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.

13.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

13.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

13.9.1.A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.9.2.A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata os itens 13.9 e 13.9.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

13.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 13.9 e 13.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

13.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

13.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos itens 13.9 e 13.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

14. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior ao preço da melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

14.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

14.1.2. Não tendo apresentado oferta inferior ao menor valor da etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.1.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação e a licitante for considerada habilitada.

14.2. Serão desclassificadas as propostas que:

14.2.1. Contiverem vícios insanáveis;

14.2.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

14.2.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

14.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

14.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

14.3. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

14.4. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

14.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.5.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

14.5.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

14.5.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

14.5.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

14.6. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

14.6.2. Empresas brasileiras;

14.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.7. Persistindo o empate após aplicar os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, será realizado sorteio, automaticamente pela própria Plataforma COMPRAS.GOV, tendo em vista a funcionalidade sistêmica.

15. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

15.2. A negociação será realizada por meio do sistema Comprasnet SIASG, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

15.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

15.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

15.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Macaé para orientar sua decisão.

15.6. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

15.7. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

15.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

15.9. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

15.10. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

15.11. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

16. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

16.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:

16.1.1. Sicaf (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>), a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

16.1.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

16.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

16.2. Efetuada a verificação referente ao item acima, a habilitação das licitantes será consultada por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital.

16.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e o envio da proposta, quando solicitado, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pelo licitante, contado da convocação efetuada no sistema.

16.4. Excepcionalmente, quando necessário à confirmação da veracidade dos documentos enviados eletronicamente, o pregoeiro poderá solicitar o encaminhamento dos documentos em original ou cópia autenticada, a serem enviados pelo licitante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, aos cuidados da Coordenadoria Geral de Licitações, informando o número do pregão; O endereço para envio da documentação é: Avenida Presidente Sodré, 534, Térreo, Centro, Macaé - RJ, CEP: 27913-080.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

16.5. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

17. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

17.1. A documentação relativa à **capacidade jurídica** consistirá em:

17.1.1. Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição;

17.1.2. Registro comercial, no caso de licitante empresário individual;

17.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, no caso de licitante sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

17.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de licitante sociedade civil, acompanhado de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício;

17.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.1.6. No caso de participação de profissionais organizados em cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

17.1.6.1. Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão "Cooperativa de Trabalho" na denominação social da cooperativa;

17.1.6.2. Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);

17.1.6.3. Regimento interno (com ata da aprovação);

17.1.6.4. Regimento dos fundos (com ata de aprovação);

17.1.6.5. Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

17.1.6.6. Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;

17.1.6.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

17.1.6.8. Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;

17.1.6.9. Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

17.1.6.10. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

17.1.6.10.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

17.1.6.10.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

17.1.6.11. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no item 16 deste Edital.

17.1.6.12. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto neste Edital acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

17.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consistirá em:

17.2.1. Certidões ou atestados, expedidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem a execução de serviços similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

17.2.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

17.2.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

17.2.1.3. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios de avaliação previstos no artigo 67, §10, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. A documentação relativa à **qualificação econômica-financeira** consistirá em:

17.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, acompanhados da cópia do Termo de Abertura e Encerramento do livro em que se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

17.3.1.1. O Balanço a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e por contador e/ou técnico em contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante(AC), do realizável a longo prazo(RLP), do passivo circulante(PC) e do passivo não circulante(PNC), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

a) Índices de Liquidez Geral

$$\text{ILG} = (\text{AC} + \text{RLP}) / (\text{PC} + \text{PNC})$$

b) Índices de Liquidez Corrente

$$\text{ILC} = \text{AC} / \text{PC}$$

c) Solvência Geral

$$\text{SG} = \text{AT} / (\text{PC} + \text{PNC})$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PNC = Passivo Não Circulante

17.3.1.2. Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:

17.3.1.2.1. Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

17.3.1.2.2. Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

17.3.1.2.3. Solvência Geral $\geq 1,00$

17.3.2. Comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social Mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, determinada no preâmbulo deste Edital, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, de acordo com as disposições previstas no artigo 69, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.4. A documentação relativa à **regularidade fiscal, social e trabalhista** consistirá em:

17.4.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

17.4.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

17.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e **contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei, na forma da legislação específica;**

17.4.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, **inclusive Dívida Ativa**, relativos aos tributos de ICMS, da sede do licitante;

17.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

17.4.5.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS e Taxas.

17.4.5.2. Para as empresas com sede no Município de Macaé, a regularidade com a Fazenda Municipal será realizada através da apresentação das Certidões de Tributos Mobiliária (ISS e Taxas).

17.4.6. Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, na forma da legislação específica;

17.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, na forma da legislação específica.

17.5. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

17.6. Quanto à forma de apresentação dos documentos de habilitação, exigir-se-á o seguinte:

17.6.1. Se a licitante for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

17.6.2. Se a licitante for filial, podem ser apresentados documentos que, comprovadamente e pela sua própria natureza, sejam emitidos em nome da matriz;

17.6.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

17.6.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

17.6.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

17.6.4. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.7. Será(ão) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

17.8. Fica facultada à Administração, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.

17.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

18. RECURSOS

18.1. Dos atos de julgamento das propostas, de habilitação ou de inabilitação e de anulação ou de revogação da licitação, caberá recurso, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. A intenção de recorrer dos atos de julgamento deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

18.2.1. Será concedido prazo de 10 (dez) minutos, para que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2.2. Nos casos de anulação ou de revogação da licitação, o termo inicial para a contagem do prazo recursal é a data da publicação da decisão no Diário Oficial do Município.

18.3. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

18.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Ordenador de Despesas do órgão gestor da contratação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

18.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.

18.7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.8. Os itens para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.

19. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. Declarada a vencedora (s) do certame, o resultado da licitação será submetido à **autoridade competente do Município de Macaé** (ordenador de despesas) para o procedimento de adjudicação e homologação da licitação.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

20. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PRAZOS

20.1. O Registro de Preços para prestação/aquisição dos serviços/produtos e/ou materiais ora licitados conforme as quantidades estimadas e especificações constantes no **ANEXO I** visam a futuras contratações pelo **Município de Macaé**.

20.2. Homologado o resultado da licitação, o **Município de Macaé**, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de prestadores de serviços a serem registrados, convocará as licitantes vencedoras, para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, compareçam para assinatura da Ata de Registro de Preços.

20.3. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo **Município de Macaé**.

20.4. É facultado ao **Município de Macaé**, quando a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços, nos prazos e condições estabelecidos no item anterior, convocar a licitante remanescente na ordem de classificação.

20.5. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

20.6. Não será permitida a licitante contratada ceder total ou parcialmente, sub-rogar ou transferir, no todo ou em parte, o objeto dessa licitação, sob pena de sanções administrativas.

20.7. Todos os contatos, reclamações e penalidades serão feitos ou aplicados diretamente à empresa que participar da licitação. Em nenhum caso o **Município de Macaé** negociará com entidades representadas ou subcontratadas pelas licitantes.

20.8. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

20.9. A(s) licitante(s) vencedora(s), quando da solicitação efetiva do(s) material(ais), ou prestação de serviços deverá retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da comunicação efetivada pelo **Município de Macaé**.

20.10. A existência de preços registrados não obriga o **Município de Macaé** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específicas para a prestação de serviços ora licitados, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de prestação de serviços em igualdade de condições.

20.11. Quando da licitação específica para a prestação de serviços ora licitado, resultar preço igual ou superior ao registrado, deverá o **Município de Macaé** revogá-la no interesse público e processar a aquisição por intermédio da Ata de Registro de Preços.

20.12. A quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida, bem como a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens/medida, se encontram previstas no Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

21. NOTA DE EMPENHO

21.1. Será emitida Nota de Empenho para cada solicitação realizada pelo **Município de Macaé**, onde no momento da retirada deverá ser assinada e datada pelo representante da empresa contratada, conforme Ata de Registro de Preços.

21.2. Em havendo documentação vencida, o **Município de Macaé** notificará a empresa vencedora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação, apresente a documentação atualizada.

21.3. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.

21.4. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão gestor da contratação.

21.5. Caso o licitante não assine o termo de contrato ou não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

21.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

21.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 21.5 do Edital, a Administração, observado o valor estimado, poderá:

21.7.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

21.7.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

21.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante, salvo na hipótese do subitem 21.6 deste Edital.

21.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 21.5 e seguintes deste Edital.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

22. SUBCONTRATAÇÃO

22.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência da execução do objeto a outra pessoa jurídica. Admite-se, contudo, a contratação, pela contratada, de profissionais para composição das equipes de arbitragem e de apoio (empregados, autônomos ou MEI), desde que atuem como prepostos da contratada, sob sua exclusiva coordenação e responsabilidade técnica, administrativa, trabalhista, previdenciária e fiscal, observados integralmente os requisitos de qualificação previstos no Termo de Referência.

23. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1. Os pagamentos serão efetuados pelo **Município de Macaé**, em moeda corrente nacional, **em 30 dias**, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços, na forma do item 26.

23.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

23.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

23.4. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

24. REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇOS

24.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.

24.2. Os contratos que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (data-base 06/2026), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

24.3. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

24.4. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

24.5. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

24.6. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

24.6.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato; e

24.6.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

24.7. A revisão dos preços registrados em Ata poderá ser realizada a pedido do beneficiário do registro, ou por iniciativa da Administração, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve os preços dos bens registrados, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços e disponibilizando-o no site oficial, nos termos dos artigos 61 e 62 do Decreto Municipal nº 026/2023.

24.8. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, o Município de Macaé convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a Ata de Registro de Preços.

25. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

25.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes da Administração especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 4.960/2022.

25.2. São atribuições do Gestor de Contratos:

25.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

25.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

25.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

25.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

25.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

25.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

25.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

25.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

25.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

25.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;

25.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;

25.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

25.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

25.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:

25.3.1. Acompanhar os prazos de execução dos serviços, diligenciando com a empresa contratada, se necessário;

25.3.2. Receber, provisória e definitivamente, os serviços, mediante termo detalhado;

25.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal do contratado;

25.3.4. Devolver à contratada as notas fiscais em desconformidade com o contrato;

25.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

25.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;

25.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

25.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;

25.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

25.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;

25.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas aos serviços;

25.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

- 25.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 25.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 25.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 25.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;
- 25.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;
- 25.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;
- 25.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços a serem adquiridos;
- 25.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à contratada;
- 25.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da contratada previstas no termo de referência e no contrato;
- 25.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

26. EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 26.1. Executados os serviços e apresentada a Nota Fiscal, a Fiscalização emitirá Termo de Recebimento Provisório para que, no prazo máximo de até 10 (dez) dias efetue a conferência em consonância ao instrumento convocatório, a nota de empenho de despesa, autorização de compra ou a ordem de execução de serviços e, verificada a regularidade do serviço, no prazo referido, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.
- 26.2. Em caso de constatação, durante a execução do evento, de falhas operacionais na prestação dos serviços, a contratada deverá promover a correção de forma imediata ou no prazo máximo de até **2 (duas) horas**, conforme a natureza da ocorrência, sob pena de caracterização de descumprimento contratual.
- 26.3. As inconsistências de natureza documental ou de registro (súmulas, relatórios, registros de ocorrência e documentos de medição) deverão ser corrigidas no prazo de até **10 (dez) dias**, contado da emissão do Termo de Recebimento Provisório, para viabilizar o recebimento definitivo.
- 26.4. Após a troca, e verificada a conformidade dos serviços na forma do item 26.1, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Definitivo do Serviço.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

26.5. O pagamento somente poderá ser efetuado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e após atestada a 1ª via da Nota Fiscal por dois servidores com assinatura sobre carimbo e visada pelo titular do Setor Interessado.

26.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

27. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

27.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

27.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

27.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

27.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

27.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

27.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

27.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

27.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

27.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

27.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

27.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

27.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

27.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

27.2.1. Advertência;

27.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

27.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

27.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

27.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022, bem como no Decreto 032/2026.

27.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

27.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

27.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

27.7. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

27.8. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

28. GARANTIA CONTRATUAL

28.1. Fica a contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ, com cópia à Coordenadoria Geral de Contratos prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

28.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé.

28.3. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição e verbas rescisórias.

28.4. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

28.5. No caso de renovação da contratação, a contratada deverá renovar a garantia.

28.6. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a contratada reforçará a garantia, conforme o caso.

28.7. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias.

28.8. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização.

28.9. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

28.10. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem subsequente.

29. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

29.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.

30. CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

30.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

30.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

30.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

30.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o contratante, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da detentora da ata de registro de preços/contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

30.5. A detentora da ata de registro de preços/contratada declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

31. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

31.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

31.2. As impugnações e solicitações de esclarecimentos deverão ser enviadas ao pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

31.2.1. Eletrônico, no endereço: pregao@macae.rj.gov.br, até às 17h de 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública; ou

31.2.2. Escrito através do Protocolo Geral, ao Pregoeiro, no endereço Avenida Presidente Sodré, 534, Térreo, Centro, Macaé - RJ, CEP: 27913-080, das 09h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até às 17h de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

31.3. As licitantes poderão obter informações e esclarecimentos sobre a licitação mediante contato telefônico, números (22) 3518-8876 - ramal 1886 e (22) 99105-5302.

31.4. Caberá ao Pregoeiro responder às impugnações interpostas.

31.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos endereços eletrônicos <https://transparencia.macaee.rj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> e <https://www.compras.gov.br>

31.6. A cada esclarecimento e/ou manifestação por escrito do Pregoeiro e Equipe de Apoio será atribuído um número sequencial, a partir do número 01 (um), incorporando-se ao processo administrativo.

32. DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1. Será admitida a assinatura digital nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante uso de certificado digital ICP-Brasil.

32.2. Será admitida a assinatura eletrônica nos atos e documentos nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante login e senha de acesso do usuário, em sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos.

32.3. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

32.4. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

32.5. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

32.6. Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

32.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

32.8. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através dos endereços eletrônicos <https://transparencia.macaee.rj.gov.br/contratacoes/licitacoespesquisa> ou <https://www.compras.gov.br>.

32.9. A apresentação da proposta vincula automaticamente a licitante aos termos do presente Edital, seus anexos, assim como da legislação de regência sobre a matéria

32.10. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município, juntamente com seu extrato no Diário Oficial do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.

32.11. A sessão de pregão eletrônico será transmitida pela internet, permitindo o acompanhamento por qualquer interessado junto ao Portal da Transparência do Município.

32.12. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste instrumento serão decididos pela Administração, segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 4.960/2022, no Decreto Municipal nº 026/2023 e suas alterações posteriores, e demais regulamentos e normas administrativas que passam a fazer parte deste Edital, independente de transcrições.

32.13. Para a execução do objeto deste Edital, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

32.14. O licitante tem conhecimento do código de ética e integridade da Secretaria Executiva de Licitações, Contratos e Parcerias, constante no link <https://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1731562528.pdf>.

33. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO

33.3. A documentação a seguir, faz parte integrante deste Edital.

- ANEXO I - Termo de Referência
- ANEXO I - A - Cronograma Físico e Financeiro Estimativo
- ANEXO I - B - Previsão de Eventos e suas Respectivas Quantidades Estimadas.
- ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

- ANEXO IV - Minuta Contratual

34. FORO

34.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Macaé/RJ, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

Macaé, 11 de junho de 2026.

CLEBER NUNES RIBEIRO FILHO
COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES - P.M.M.
MATRÍCULA Nº 42.781 – PORTARIA SELCPAR Nº 004/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

1.1. Constituição de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem desportiva, para atender diversas modalidades esportivas em eventos esportivos promovidos pela **Secretaria Municipal de Esporte**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços que se pretende contratar são de natureza comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Os quantitativos estimados encontram-se detalhados no item 09 deste Termo de Referência, tendo por base as estimativas de campeonatos/eventos/competições constantes do Calendário Anual de Eventos da Secretaria Municipal de Esporte (Anexo I do ETP).

1.4. A **Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano**, contado a partir da publicação do extrato da ata no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período**, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e observados os requisitos e condições previstos no art. 59-A do Decreto Municipal nº 026/2023 (incluído pelo Decreto nº 255/2025), admitida, na prorrogação, a **renovação dos quantitativos registrados por item, até o limite do quantitativo original**.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o processo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar a realização regular e tecnicamente adequada dos eventos esportivos promovidos pela **Secretaria Municipal de Esporte**, por meio de arbitragem desportiva especializada, em diversas modalidades. O Estudo Técnico Preliminar registra que a demanda decorre do Documento de Formalização da Demanda, vinculada ao cumprimento das atribuições institucionais da pasta e à promoção de eventos esportivos, e aponta insuficiência de profissionais no quadro para execução da atividade com a capilaridade e disponibilidade requeridas.

2.3. A contratação será realizada por meio de **licitação** na modalidade **Pregão eletrônico**, por se tratar de serviço comum, com padrões objetivamente definíveis por especificações usuais de mercado.

2.4. O critério de julgamento será o de **menor preço**, em consonância com o entendimento de que o julgamento por menor preço considera o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

2.5. A **adjudicação** do objeto será por **item**, de modo a ampliar a competitividade e compatibilizar a contratação com o princípio do parcelamento quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

2.6. O regime de execução indireta será o de empreitada por preço unitário, com pagamento conforme os preços unitários registrados e as unidades efetivamente executadas (ex.: partida e/ou diária), mediante requisição da **Secretaria Municipal de Esporte** e atesto da execução.

2.7. Em razão de o objeto consistir em serviços comuns de arbitragem desportiva, com execução sob demanda e medição por unidades (partida e/ou diária), a **Secretaria Municipal de Esporte** veda a participação de empresas em consórcio. A vedação se justifica porque há oferta de mercado suficiente para execução integral do objeto por empresa única e porque a dinâmica dos eventos exige coordenação operacional centralizada, pronta mobilização e responsabilização contratual/técnica claramente identificável, o que tende a se tornar mais complexo e arriscado em arranjos consorciados (maior dificuldade de gestão e fiscalização, e potenciais conflitos internos), podendo comprometer a continuidade e a padronização do serviço.

2.8. A contratação adotará o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, tendo em vista a necessidade de contratações frequentes ao longo de 12 (doze) meses, em razão do grande número de eventos/competições a serem atendidos pela **Secretaria Municipal de Esporte**, com possibilidade de requisições de acordo com a demanda e o calendário de eventos, especialmente conforme previsão do artigo 54, § 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto Municipal nº 026/2023.

2.8.1. A vigência da Ata de Registro de Preços observará o prazo legal de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, bem como as condições previstas na regulamentação municipal aplicável, conforme já indicado no Estudo Técnico Preliminar e no Item 1 deste Termo de Referência, observado o art. 59-A do Decreto Municipal nº 026/2023 (incluído pelo Decreto Municipal nº 255/2025).

2.9. A licitação será destinada à participação **exclusiva** de Empreendedores Individuais, Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte para os itens cujo valor estimado esteja abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e **ampla participação** para os itens cujo valor estimado esteja acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123/06.

2.9.1. Será assegurado o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, na forma da legislação aplicável, inclusive quanto à participação, desempate e demais mecanismos previstos em edital, observada a vantajosidade e a preservação do interesse público.

2.10. A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem desportiva, abrangendo diversas modalidades, para atender aos eventos esportivos promovidos pela **Secretaria Municipal de Esporte**, de modo a assegurar eficiência, qualidade técnica, organização, credibilidade e imparcialidade na condução das competições, em conformidade com as normas oficiais de cada modalidade.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

3.2. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, conforme requisições/ordens de serviço emitidas pela **Secretaria Municipal de Esporte**, considerando o calendário anual de eventos, com medição por unidade executada, adotando-se, conforme o caso, partida e/ou diária (8 horas) como unidade de referência para faturamento, nos termos definidos neste Termo de Referência.

3.3. A solução selecionada (empresa especializada) foi considerada a mais adequada em relação à alternativa de execução por servidores, por garantir condução técnica e imparcial, profissionais qualificados e estrutura organizada para alocação de equipes compatíveis com o nível e a diversidade das competições, reforçando a legitimidade e a transparência dos resultados esportivos.

3.4. A contratação será realizada por licitação na modalidade **Pregão eletrônico**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, julgamento pelo **menor preço** e adjudicação por **item**, em razão da necessidade de contratações frequentes ao longo do período de 12 (doze) meses, conforme o calendário de eventos da **Secretaria Municipal de Esporte**.

3.5. A Ata de Registro de Preços observará as regras de vigência e prorrogação previstas no Item 1.4 deste Termo de Referência, inclusive quanto à contagem a partir da publicação do extrato no PNCP e às condições estabelecidas no art. 59-A do Decreto Municipal nº 026/2023 (incluído pelo Decreto nº 255/2025).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos gerais de execução:

4.1.1. A execução do serviço deverá ocorrer sob demanda, conforme necessidade da **Secretaria Municipal de Esporte**, mediante requisição/ordem de serviço, observadas as normas do edital e do Termo de Referência.

4.1.2. A contratada deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto e apresentar a documentação de habilitação exigida no edital e na legislação aplicável.

4.1.3. A prestação dos serviços de arbitragem deverá ocorrer de acordo com as normas oficiais de cada modalidade, garantindo condução técnica e imparcial das competições, respeitando o Cronograma das Competições, jogos elaborados e disponibilizados pela **Secretaria Municipal de Esporte**.

4.1.4. O serviço deverá ser prestado de segunda a sexta-feira, finais de semana, incluindo feriados, em observância às solicitações da **Secretaria Municipal de Esporte**.

4.1.5. O local, dias e horários da prestação dos serviços serão no território do Município de Macaé/RJ e determinados pela **Secretaria Municipal de Esporte**.

4.1.6. A contratada deverá iniciar a execução a partir do recebimento da ordem de serviço/autorização de execução, informando em tempo hábil qualquer motivo que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

4.2. Composição mínima das equipes de arbitragem por modalidade:

4.2.1. Futebol de campo: 04 (quatro) árbitros, sendo 01 (um) árbitro principal, 02 (dois) árbitros assistentes e 01 (um) quarto árbitro;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

4.2.2. Voleibol de Quadra: 03 (três) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário por partida;

4.2.3. Voleibol de Praia: 03 (três) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário por partida;

4.2.4. Futevôlei: 03 (três) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário por partida;

4.2.5. Basquetebol: 05 (cinco) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário cronometrista de 24 seg, 01 (um) cronometrista e 01 (um) mesário, por partida;

4.2.6. Basquete 3x3: 05 (cinco) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário cronometrista de 24 seg, 01 (um) cronometrista e 01 (um) mesário, por partida;

4.2.7. Beach Soccer: 03 (três) árbitros, sendo 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário, por partida;

4.2.8. Futebol de Salão (FUTSAL): 03 (três) árbitros, sendo 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário, por partida;

4.2.9. Jiu-Jitsu: 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário, por luta;

4.2.10. Karatê: 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário, por luta;

4.2.11. Judô: 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário, por luta;

4.2.12. Beach Tennis (Tênis de Praia): 01 (um) árbitro, por partida;

4.2.13. Futebol Society (Futebol 7/ Fut7): 03 (três) árbitros, sendo 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário, por partida.

4.2.14. Para as modalidades de lutas (jiu-jitsu, karatê e judô), a expressão “por luta” refere-se à unidade de atuação para fins de dimensionamento e organização da equipe durante o evento, não se confundindo com a unidade de medição para faturamento. A medição e o pagamento observarão a unidade definida no item correspondente do Item 09 deste Termo de Referência (ex.: diária de 8 horas), mediante requisição da **Secretaria Municipal de Esporte** e atesto da execução.

4.2.14.1. Em uma mesma diária, poderá haver múltiplas lutas, cabendo à contratada organizar a equipe necessária para atender integralmente ao evento, sem alteração do valor unitário contratado.

4.3. Qualificação mínima dos profissionais e entidades:

4.3.1. Os árbitros deverão ter no mínimo 18 (dezoito) anos de idade, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pela **Secretaria Municipal de Esporte**.

4.3.2. Será considerada como entidade apta à aprovação aquela que:

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

- a) seja formalmente registrada ou filiada a confederações nacionais reconhecidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), ou por federações internacionais da modalidade;
- b) comprove seu registro por meio de documentação oficial emitida pela entidade maior à qual esteja vinculada;
- c) comprove atuação regular na formação e certificação de árbitros na modalidade;
- d) comprove atuação por documentação pertinente (documentos constitutivos, atas, relatórios ou certidões).

4.3.3. A ausência de comprovação do reconhecimento oficial da entidade implicará sua não aprovação para este processo.

4.4. Uniformização, equipamentos e logística:

4.4.1. A contratada deverá assegurar que a equipe disponha de todo o equipamento necessário à realização da arbitragem, incluindo, conforme a modalidade, itens como súmulas, apitos, cartões e, quando aplicável, cronômetro, bandeirolas, marcadores, entre outros, promovendo sua substituição quando necessário.

4.4.2. A equipe de arbitragem deverá comparecer ao local do evento, devidamente uniformizada, com 01 (uma) hora de antecedência do horário previsto para início das atividades.

4.4.3. A locomoção até o local da competição e o retorno serão por conta da contratada, que deverá dispor de pessoal suficiente para atender, se necessário, mais de um evento no mesmo dia, conforme calendário organizado pela **Secretaria Municipal de Esporte**.

4.4.4. As despesas com alimentação da equipe de arbitragem serão por conta da contratada.

4.5. Programação, cancelamentos e situações especiais (medição/atesto)

4.5.1. A ordem de serviço será emitida, preferencialmente, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, sempre que possível, salvo urgência/superveniência.

4.5.2. A comunicação por parte da **Secretaria Municipal de Esporte** de transferência ou cancelamento de jogos, feita com antecedência mínima de 48 horas do horário da partida, isentará a **Secretaria Municipal de Esporte** de qualquer ônus.

4.5.3. No caso de WO, o pagamento integral da partida será devido somente se houver autorização da Coordenação do Campeonato/Evento (mediante contato telefônico), devendo constar da súmula e do relatório o nome do plantonista da **Secretaria Municipal de Esporte** responsável pela autorização.

4.5.4. Os nomes dos atletas, presentes no local até o momento da decretação do WO, deverão constar na súmula (para isenção da penalidade prevista no Regulamento), sob pena de aplicação de multa por registro incompleto da arbitragem.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

4.5.5. Caso o WO seja motivado/determinado pela contratada sem concordância do representante local e sem autorização prévia da Coordenação do Campeonato/Evento, a **Secretaria Municipal de Esporte** ficará isenta de ônus, sem prejuízo da aplicação de sanções contratuais.

4.6. Disposições complementares:

4.6.1. Será exigida, em edital, declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

4.6.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, conforme fundamentação constante do Item 2.7 deste Termo de Referência.

4.6.3. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos e despesas necessários à completa execução dos serviços, abrangendo, sem se limitar a, custos operacionais, encargos previdenciários e trabalhistas, tributos, custos comerciais, bem como quaisquer outros ônus que incidam direta ou indiretamente sobre a prestação, inclusive despesas de deslocamento, alimentação e insumos inerentes ao serviço, sendo expressamente vedada a cobrança de qualquer valor adicional além do preço ofertado.

4.6.4. O descumprimento das condições de execução poderá ensejar a aplicação de sanções e, quando cabível, o cancelamento do registro do fornecedor, observado o contraditório e a ampla defesa.

4.6.5. Não será admitida contratação de licitante/contratada que possua sanção impeditiva de contratar, especialmente nos cadastros SICAF, CEIS e demais bases oficiais aplicáveis, conforme verificações a serem realizadas na forma do edital e da legislação aplicável.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução dos serviços será realizada sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante requisições/ordens de serviço emitidas pela **Secretaria Municipal de Esporte**, as quais definirão o objeto específico a ser executado (modalidade, local, data/horário, composição da equipe e unidade de medição), observado o calendário anual de eventos e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2. Cada requisição/ordem de serviço indicará, no mínimo: modalidade, local, data/horário, unidade de medição (partida e/ou diária), quantitativo de equipes/profissionais e demais orientações operacionais necessárias à perfeita execução.

5.2.1. A escala nominal dos profissionais por evento deverá ser apresentada à **Secretaria Municipal de Esporte** conforme a ordem de serviço, nos prazos nela definidos, e eventuais substituições deverão ser comunicadas e justificadas previamente, salvo caso fortuito/força maior.

5.3. Os serviços serão prestados no território do Município de Macaé/RJ, em locais, dias e horários definidos pela **Secretaria Municipal de Esporte**, conforme as ordens de serviço emitidas, incluindo **dias úteis, finais de semana e feriados**, quando necessário.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

5.4. A execução será acompanhada pela fiscalização designada pela **Secretaria Municipal de Esporte**, que verificará a conformidade da equipe disponibilizada, a observância das regras oficiais da modalidade, a pontualidade, a uniformização e a disponibilização dos equipamentos mínimos previstos neste Termo de Referência.

5.5. A contratada deverá mobilizar a equipe conforme a composição mínima por modalidade e demais requisitos estabelecidos no Item 4 deste Termo de Referência, assegurando a continuidade da prestação e a substituição tempestiva de profissionais, quando necessário.

5.6. A **Secretaria Municipal de Esporte** emitirá as requisições/ordens de serviço preferencialmente com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, sempre que possível, conforme previsto no Item 4.5.1 deste Termo de Referência.

5.7. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência da execução do objeto a outra pessoa jurídica. Admite-se, contudo, a contratação, pela contratada, de profissionais para composição das equipes de arbitragem e de apoio (empregados, autônomos ou MEI), desde que atuem como prepostos da contratada, sob sua exclusiva coordenação e responsabilidade técnica, administrativa, trabalhista, previdenciária e fiscal, observados integralmente os requisitos de qualificação previstos neste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Caberá ao servidor **Rodrigo de Souza Caldeira, Matrícula nº 408.104**, designado como Gestor do Contrato por intermédio da Portaria da **Secretaria Municipal de Esporte** nº 001/2026, de 14/05/2026, publicada em 20 de maio de 2026, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação, nos termos do artigo 19 da Lei Municipal nº 4.960/2022.

6.2. Caberá à **Comissão de Fiscalização**, designada por intermédio da Portaria da **Secretaria Municipal de Esporte** nº 001/2026, de 14/05/2026, publicada em 20 de maio de 2026 formada pelos servidores abaixo indicados, a fiscalização da contratação, ficando responsáveis pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, nos termos do artigo 20 da Lei Municipal nº 4.960/2022:

Nome	Cargo/Função	Matrícula
UALISSON ANCHIETA ÁREAS	ASSESSOR ESPECIAL	408.044
RENATO GONÇALVES	AUXILIAR	408.761
ALESSANDRO DOS SANTOS LATTANZI ARCURI	ASSISTENTE DE ADM. LOGÍSTICA	38.410

6.3. As comunicações entre a **Secretaria Municipal de Esporte** e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, mensagem eletrônica para esse fim.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. O objeto será recebido:

7.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório, no prazo máximo de até **5 (cinco) dias úteis**.

7.2.2. Definitivamente, após a verificação da perfeita adequação dos serviços ao Termo de Referência, mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de até **10 (dez) dias**, contado do recebimento provisório ou do saneamento das pendências, respeitado o prazo máximo previsto no art. 24 da Lei Complementar Municipal nº 187/2011.

7.3. Em caso de constatação, durante a execução do evento, de falhas operacionais na prestação dos serviços, a contratada deverá promover a correção de forma imediata ou no prazo máximo de até **2 (duas) horas**, conforme a natureza da ocorrência, sob pena de caracterização de descumprimento contratual.

7.4. As inconsistências de natureza documental ou de registro (súmulas, relatórios, registros de ocorrência e documentos de medição) deverão ser corrigidas no prazo de até **10 (dez) dias**, contado da emissão do Termo de Recebimento Provisório, para viabilizar o recebimento definitivo.

7.5. O não saneamento das inconsistências nos prazos estabelecidos poderá ensejar o não recebimento do objeto, glosas proporcionais ao inadimplemento e demais medidas previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução dos serviços.

7.7. Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS, observada a ordem cronológica de pagamentos aplicável, na forma do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.8. A contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.9. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

7.10. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade **pregão eletrônico**, visando ao **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com critério de julgamento pelo **menor preço**, com **adjudicação por item**, observadas as condições deste Termo de Referência e do instrumento convocatório.

8.2. Quanto às condições de habilitação, o licitante deverá demonstrar habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, na forma prevista no instrumento convocatório.

8.3. Quanto à habilitação técnica, será exigido do licitante o seguinte:

8.3.1. Qualificação técnico-operacional:

8.3.1.1. Certidões ou atestados, emitidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

8.3.1.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.1.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.3.1.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para a modalidade FUTEBOL DE CAMPO , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem 04 (quatro) árbitros, sendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) árbitros assistentes e 01 (um) quarto árbitro, com curso oficializado pela confederação brasileira de futebol, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cronômetro, cartões marcadores, bandeirolas, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	458	R\$ 600,00	R\$ 274.800,00



PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
2	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade VÔLEI DE QUADRA , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 03 (três) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	144	R\$ 350,00	R\$ 50.400,00
3	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade VÔLEI DE PRAIA , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 03 (três) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	756	R\$ 275,00	R\$ 207.900,00
4	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade FUTEVÔLEI , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 03 (três) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	756	R\$ 293,00	R\$ 221.508,00
5	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade BASQUETEBOL , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 05 (cinco) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário cronometrista de 24 seg, 01 (um) cronometrista e 01 (um) mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	144	R\$ 400,00	R\$ 57.600,00



PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
6	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade BASQUETE 3X3 , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 05 (cinco) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário cronometrista de 24 seg, 01 (um) cronometrista e 01 (um) mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	144	R\$ 311,00	R\$ 44.784,00
7	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para a modalidade BEACH SOCCER , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem 03 (três) árbitros, sendo 02 árbitros, 01 mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira de futebol, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cronômetro, cartões marcadores, bandeirolas, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	432	R\$ 340,00	R\$ 146.880,00
8	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para a modalidade FUTSAL , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem 03 (três) árbitros, sendo 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira de futebol, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cronômetro, cartões marcadores, bandeirolas, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	432	R\$ 336,53	R\$ 145.380,96
9	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade JIU-JITSU , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário. Pagamento por diária (08 horas).	Diária	36	R\$ 520,00	R\$ 18.720,00
10	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade KARATÊ , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário. Pagamento por diária (08 horas).	Diária	36	R\$ 390,00	R\$ 14.040,00

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
11	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade JUDÔ , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário. Pagamento por diária (08 horas).	Diária	36	R\$ 630,00	R\$ 22.680,00
12	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade BEACH TENNIS , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro, por partida com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Pagamento por partida.	Partida	567	R\$ 329,00	R\$ 186.543,00
13	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para a modalidade FUTEBOL SOCIETY/FUT7 , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem 03 (três) árbitros, sendo 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira de futebol, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cronômetro, cartões marcadores, bandeirolas, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	320	R\$ 310,00	R\$ 99.200,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 1.490.435,96	

9.1. O critério/metodologia para a definição do quantitativo estimado neste Termo de Referência é o indicado no Estudo Técnico Preliminar, onde a quantidade estimada foi baseada na necessidade das demandas da **Secretaria Municipal de Esporte** que não dispõe em seu quadro de profissionais qualificados e em números suficientes para exercer tal função e em consequência para o atendimento de suas necessidades.

9.2. As empresas deverão apresentar suas propostas em conformidade com a totalidade dos quantitativos expressos em cada item, não sendo possível a apresentação de quantitativos inferiores para os itens ofertados.

9.3. Os valores apresentados por item não poderão ser superiores ao estimado neste Termo de Referência.

9.4. Por se tratar de Sistema de Registro de Preço (SRP), não se obriga a Administração adquirir a totalidade dos quantitativos estimados para os itens, sendo os pedidos realizados caso haja demanda e necessidade.

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “i”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

10.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 1.490.435,96** (um milhão e quatrocentos e noventa mil e quatrocentos e trinta e cinco Reais e noventa e seis centavos).

10.2. Tendo em vista o mapa comparativo de preços e o relatório de pesquisa de preços apresentado nos autos, a metodologia adotada foi a **mediana de preços**.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, “J”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Programa de trabalho nº.: 27.812.0085.2.276.000

Elemento de Despesa nº.: 3.3.90.39.00.00

Código Reduzido nº.: 2198

Fonte de Recurso: 704-1

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

12.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

12.3. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

12.4. Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.

12.5. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

12.6. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cujas condutas seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

12.7. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

12.8. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos serviços prestados, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.

12.9. Não utilizar o nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

12.10. Não se pronunciar em nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

12.11. Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

12.12. Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

12.13. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

12.14. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

12.15. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

12.16. Assumir total responsabilidade pelos serviços que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Macaé e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

12.17. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os serviços considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

12.18. Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

12.19. Obter as licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

12.20. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.21. O Município de Macaé e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

12.22. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e da Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

12.23. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes em que venham a ser vítimas os seus empregados ou prepostos quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

12.24. Deverá, na data de assinatura do contrato, designar o preposto, na forma do art. 118 da Lei nº. 14.133/21, que deverá se reportar diretamente ao fiscal do contrato (Contratante) para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe disponibilizada pela empresa Contratada.

12.25. Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI e coletiva EPC, caso necessário a seus funcionários.

12.26. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de defeitos ou outros vícios constatados nos serviços.

12.27. Assegurar adequada formação e satisfatório nível técnico da arbitragem, tanto na função de árbitro principal como de assistente e 4º árbitro, apresentando sempre que solicitado pela Contratante a capacitação dos árbitros nas respectivas modalidades.

12.28. A única e exclusiva remuneração devida a contratada será aquela decorrente do valor registrado no gerenciamento dos serviços de arbitragem por modalidade esportiva, devendo nele estar inclusos todas as despesas, decorrentes, incluindo todos os custos, impostos, taxas, transporte eventuais benefícios e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo adequado e perfeito cumprimento do objeto das obrigações da presente ata, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

12.29. A equipe de arbitragem deverá comparecer aos locais dos eventos, devidamente uniformizada, com 01 (uma) hora de antecedência do horário previsto para início das atividades.

12.30. Manter um plantão telefônico de atendimento nos dias de jogos, para adotar providências imediatas nas ocorrências de atraso, ausência ou outro problema com a equipe de arbitragem, a fim de evitar a suspensão total da rodada.

12.31. Disponibilizar os profissionais descritos na especificação técnica (árbitros, árbitros assistentes, 4º árbitros, mesários) nas quantidades necessárias de acordo com a modalidade à garantia da boa execução dos serviços contratados, bem como o material necessário para a prestação de serviços.

12.32. Propiciar aos profissionais todas as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, bem como, garantir que todos os materiais inerentes à função (uniforme, apito, cartões disciplinares, bandeiras, prancheta, canetas, súmulas para eventos da Secretaria Municipal de Esportes e de apoio, cronômetros, etc).

12.33. Efetuar a imediata reposição de mão de obra, em eventual ausência, sob pena de inadimplemento contratual, sem prejuízo de descontos de serviços não executados e aplicação de multas.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

12.34. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas disciplinares determinadas pela Prefeitura, além de instruir os profissionais quanto à necessidade de acatar as orientações da Contratante e respeitar os procedimentos da organização do evento e o Regulamento das competições.

12.35. Atender de imediato as solicitações da Contratante quanto à substituição de profissionais não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços (devido à sua atuação insatisfatória ou por atitudes indevidas no decorrer do evento).

12.36. Disponibilizar súmulas para eventos de apoio e orientar os profissionais para elaborar a Relação Nominal (nome, nº RG e CPF dos atletas presentes) no caso de ausência do representante da organização do evento no local de competição. A ausência de representante da organização não justifica a suspensão da rodada.

12.37. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nos locais em que forem prestar os serviços.

12.38. Preparar relatório ao término de cada rodada, informando as ocorrências em cada partida realizada, de acordo com modelo a ser fornecido pela Coordenação do evento, bem como tabela com os resultados.

12.39. Anexar à cada Nota Fiscal os recibos/comprovantes de pagamento dos árbitros que atuaram na respectiva rodada, discriminando os valores de encargos e benefícios incluídos no pagamento pelos serviços prestados.

12.40. Apresentar a relação de jogos realizados (contendo data, horário e nome das equipes), juntamente com as Notas Fiscais dos serviços prestados, para facilitar a conferência com a tabela da competição.

12.41. Os árbitros deverão ter no mínimo 18 (dezoito) anos de idade, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante.

12.42. A Contratada deverá contratar seguro de vida e acidentes pessoais, sem qualquer ônus para a Contratante, tendo como beneficiária a equipe de arbitragem, quando exclusivamente no exercício dessa atividade.

12.43. Levar imediatamente ao conhecimento da contratante quaisquer irregularidades ocorridas na prestação do serviço.

12.44. Cumprir todas as orientações da contratante para o fiel cumprimento das cláusulas deste termo.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

13.2. Notificar, por escrito, à contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

13.3. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

14.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

14.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022, bem como no Decreto nº 032/2026.

14.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

14.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

14.7. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

14.8. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15. GARANTIA

15.1. Fica a contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ, com cópia à Coordenadoria Geral de Contratos prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

15.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé.

15.3. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição e verbas rescisórias.

15.4. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão.

15.5. No caso de renovação da contratação, a contratada deverá renovar a garantia.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

15.6. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a contratada reforçará a garantia, conforme o caso.

15.7. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias.

15.8. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização.

15.9. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

15.10. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem subsequente.

16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

16.1. Este Termo de Referência integra o edital e seus anexos, vinculando a Administração e os licitantes/contratados para todos os fins.

16.2. As exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e à qualificação econômico-financeira observarão a legislação aplicável e constarão do edital.

16.3. O agente de contratação poderá solicitar apoio técnico da equipe responsável pela fiscalização/gestão para esclarecimentos na fase interna e durante o processamento do certame, quando necessário.

16.4. A execução dos serviços não gera vínculo empregatício entre a Administração e os profissionais alocados pela contratada, cabendo exclusivamente à contratada a responsabilidade técnica, administrativa, trabalhista, previdenciária e fiscal, sendo vedada a subordinação direta dos profissionais à **Secretaria Municipal de Esporte**.

16.5. A **Secretaria Municipal de Esporte** poderá solicitar os serviços de forma total ou parcial, de acordo com a necessidade e conveniência, não havendo obrigatoriedade de contratação de quaisquer quantitativos registrados.

16.6. Para fins deste Termo de Referência, "W.O." corresponde a "walkover", atribuição de vitória quando a equipe/competidor adversário não comparece ou não reúne condições de competir.

16.7. O edital e seus anexos, inclusive este Termo de Referência, deverão ser disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma da legislação aplicável.

17. ANEXOS

17.1. ANEXO I - Cronograma Físico e Financeiro Estimativo;

17.2. ANEXO II - Previsão de Eventos e suas respectivas quantidades estimadas.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ANEXO I - A

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

DISCRIMINAÇÃO		TOTAL DO ITEM	UNID.	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
01	ITEM 1	100	%	41	120	85	46	32	16	-	-	48	30	24	16
		R\$ 274.800,00	R\$	24.600,00	72.000,00	51.000,00	27.600,00	19.200,00	9.600,00	0,00	0,00	28.800,00	18.000,00	14.400,00	9.600,00
02	ITEM 2	100	%	-	72	-	72	-	-	-	-	-	-	-	-
		R\$ 50.400,00	R\$	0,00	25.200,00	0,00	25.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03	ITEM 3	100	%	-	-	-	126	126	-	126	126	-	-	126	126
		R\$ 207.900,00	R\$	0,00	0,00	0,00	34.650,00	34.650,00	0,00	34.650,00	34.650,00	0,00	0,00	34.650,00	34.650,00
04	ITEM 4	100	%	-	-	-	126	126	-	126	126	-	-	126	126
		R\$ 221.508,00	R\$	0,00	0,00	0,00	36.918,00	36.918,00	0,00	36.918,00	36.918,00	0,00	0,00	36.918,00	36.918,00
05	ITEM 5	100	%	-	-	36	36	72	-	-	-	-	-	-	-
		R\$ 57.600,00	R\$	0,00	0,00	14.400,00	14.400,00	28.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06	ITEM 6	100	%	-	-	-	-	-	-	-	-	72	-	72	-
		R\$ 44.784,00	R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.392,00	0,00	22.392,00	0,00
07	ITEM 7	100	%	-	-	-	-	144	-	144	-	-	-	-	144
		R\$ 146.880,00	R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	48.960,00	0,00	48.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.960,00
08	ITEM 8	100	%	-	-	-	144	-	-	-	-	144	-	144	-
		R\$ 145.380,96	R\$	0,00	0,00	0,00	48.640,32	0,00	0,00	0,00	0,00	48.640,32	0,00	48.640,32	0,00
09	ITEM 9	100	%	12	-	-	12	-	-	-	-	12	-	-	-
		R\$ 18.720,00	R\$	6.240,00	0,00	0,00	6.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.240,00	0,00	0,00	0,00
10	ITEM 10	100	%	-	12	-	-	12	-	-	-	-	12	-	-
		R\$ 14.040,00	R\$	0,00	4.680,00	0,00	0,00	4.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.680,00	0,00	0,00
11	ITEM 11	100	%	-	-	12	-	-	12	-	-	-	-	12	-
		R\$ 22.680,00	R\$	0,00	0,00	7.560,00	0,00	0,00	7.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.560,00	0,00
12	ITEM 12	100	%	-	-	-	-	189	-	-	189	-	-	189	-
		R\$ 186.543,00	R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	62.181,00	0,00	0,00	62.181,00	0,00	0,00	62.181,00	0,00
13	ITEM 13	100	%	-	-	-	-	160	-	-	-	-	160	-	-
		R\$ 99.200,00	R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	49.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.600,00	0,00	0,00

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ANEXO I - B

PREVISÃO DE EVENTOS E SUAS RESPECTIVAS QUANTIDADES ESTIMADAS

PREVISÃO DE EVENTOS E SUAS RESPECTIVAS QUANTIDADES ESTIMADAS													
COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
CAMPEONATO MACAENSE DE FUTEBOL AMADOR	123	41	41	41									
CAMPEONATO SERRANO DE FUTEBOL AMADOR	38			24	14								
CAMPEONATO SERRANO DE FUTEBOL VETERANO	19		19										
COPA INTERBAIRROS AMADOR MASCULINO	80				32	32	16						
COPA INTERBAIRROS FEMININO	38									24	14		
COPA INTERBAIRROS VETERANO MASCULINO	40											24	16
COPA CRAQUES DO FUTURO SUB 11	40		30	10									
COPA CRAQUES DO FUTURO SUB 15	40		30	10									
COPA UNIÃO	40									24	16		
TOTAL DE PARTIDAS DE FUTEBOL DE CAMPO	458	41	120	85	46	32	16	0	0	48	30	24	16

COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
CAMP. MUNICIPAL DE VOLEIBOL - OPEN FEMININO	36		36										
CAMP. MUNICIPAL DE VOLEIBOL - OPEN MASCULINO	36		36										
CAMP. MUNICIPAL DE VOLEIBOL - SUB 17 FEMININO	36				36								
CAMP. MUNICIPAL DE VOLEIBOL - SUB 17 MASCULINO	36				36								
TOTAL DE PARTIDAS DE VOLEIBOL DE QUADRA	144	0	72	0	72	0	0	0	0	0	0	0	0

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
TORNEIO DE VÔLEI DE PRAIA OPEN/ MASCULINO - ETAPA VERÃO	63							63					
TORNEIO DE VÔLEI DE PRAIA OPEN/ FEMININO - ETAPA VERÃO	63							63					
TORNEIO DE VÔLEI DE PRAIA SUB17/ MASCULINO ETAPA VERÃO	63								63				
TORNEIO DE VÔLEI DE PRAIA SUB 17/ FEMININO - VERÃO	63								63				
TORNEIO DE VÔLEI DE PRAIA OPEN/ MASCULINO - ETAPA INVERNO	63											63	
TORNEIO DE VÔLEI DE PRAIA OPEN/ FEMININO - ETAPA INVERNO	63											63	
TORNEIO DE VÔLEI DE PRAIA SUB17/ MASCULINO ETAPA INVERNO	63												63
TORNEIO DE VÔLEI DE PRAIA SUB 17/ FEMININO -INVERNO	63												63
SUPERCOPA DE VÔLEI DE PRAIA OPEN/ MASCULINO	63				63								
SUPERCOPA DE VÔLEI DE PRAIA OPEN/ FEMININO	63				63								
SUPERCOPA DE VÔLEI DE PRAIA SUB17/ MASCULINO	63					63							
SUPERCOPA DE VÔLEI DE PRAIA SUB 17/ FEMININO	63					63							
TOTAL DE PARTIDAS DE VÔLEI DE PRAIA	756	0	0	0	126	126	0	126	126	0	0	126	126

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
TORNEIO DE FUTEVÔLEI OPEN/ MASCULINO - ETAPA VERÃO	63							63					
TORNEIO DE FUTVÔLEI OPEN/ FEMININO - ETAPA VERÃO	63							63					
TORNEIO DE FUTEVÔLEI SUB17/ MASCULINO ETAPA VERÃO	63								63				
TORNEIO DE FUTEVÔLEI SUB 17/ FEMININO - VERÃO	63								63				
TORNEIO DE FUTEVÔLEI OPEN/ MASCULINO - ETAPA INVERNO	63											63	
TORNEIO DE FUTEVÔLEI OPEN/ FEMININO - ETAPA INVERNO	63											63	
TORNEIO DE FUTEVÔLEI SUB17/ MASCULINO ETAPA INVERNO	63												63
TORNEIO DE FUTEVÔLEI SUB 17/ FEMININO -INVERNO	63												63
SUPERCOPA DE FUTEVÔLEI OPEN/ MASCULINO	63				63								
SUPERCOPA DE FUTEVÔLEI OPEN/ FEMININO	63				63								
SUPERCOPA DE FUTEVÔLEI SUB17/ MASCULINO	63					63							
SUPERCOPA DE FUTEVÔLEI SUB 17/ FEMININO	63					63							
TOTAL DE PARTIDAS DE FUTEVÔLEI	756	0	0	0	126	126	0	126	126	0	0	126	126

COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
CAMPEONATO MUNICIPAL DE BASQUETE - OPEN/MASC	36			36									
CAMPEONATO MUNICIPAL DE BASQUETE - SUB 17/MASC	36				36								
CAMPEONATO MUNICIPAL DE BASQUETE - SUB 15/MASC	36					36							
CAMPEONATO MUNICIPAL DE BASQUETE - SUB 17/FEM	36					36							
TOTAL DE PARTIDAS DE BASQUETEBOL	144	0	0	36	36	72	0	0	0	0	0	0	0

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
CAM. MUNICIPAL DE BASQUETE 3X3 - OPEN/MASC	36									36			
CAM. MUNICIPAL DE BASQUETE 3X3 - OPEN/FEM	36									36			
CAM. MUNICIPAL DE BASQUETE 3X3 - SUB15/MAS	36											36	
CAM. MUNICIPAL DE BASQUETE 3X3 - SUB15/FEM	36											36	
TOTAL DE PARTIDAS DE BASQUETE 3X3	144	0	0	0	0	0	0	0	0	72	0	72	0

COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
TORNEIO DE VERÃO BEACH SOCCER SUB 15	36							36					
TORNEIO DE VERÃO BEACH SOCCER SUB 13	36							36					
TORNEIO DE VERÃO BEACH SOCCER SUB 11	36							36					
TORNEIO DE VERÃO BEACH SOCCER SUB 09	36							36					
TORNEIO DE INVERNO BEACH SOCCER SUB 15	36												36
TORNEIO DE INVERNO BEACH SOCCER SUB 13	36												36
TORNEIO DE INVERNO BEACH SOCCER SUB 11	36												36
TORNEIO DE INVERNO BEACH SOCCER SUB 09	36												36
SUPER COPA DE BEACH SOCCER SUB 15	36					36							
SUPER COPA DE BEACH SOCCER SUB 13	36					36							
SUPER COPA DE BEACH SOCCER SUB 11	36					36							
SUPER COPA DE BEACH SOCCER SUB 09	36					36							
TOTAL DE PARTIDAS DE BEACH SOCCER	432	0	0	0	0	144	0	144	0	0	0	0	144

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
COPA MACAÉ DE FUTSAL SUB 15	36				36								
COPA MACAÉ DE FUTSAL SUB 13	36				36								
COPA MACAÉ DE FUTSAL SUB 11	36				36								
COPA MACAÉ DE FUTSAL SUB 09	36				36								
COPA INTEGRAÇÃO DE FUTSAL SUB 15	36									36			
COPA INTEGRAÇÃO DE FUTSAL SUB 13	36									36			
COPA INTEGRAÇÃO DE FUTSAL SUB 11	36									36			
COPA INTEGRAÇÃO DE FUTSAL SUB 09	36									36			
SUPERCOPA DE FUTSAL SUB 15	36											36	
SUPERCOPA DE FUTSAL SUB 13	36											36	
SUPERCOPA DE FUTSAL SUB 11	36											36	
SUPERCOPA DE FUTSAL SUB 09	36											36	
TOTAL DE PARTIDAS DE FUTSAL	432	0	0	0	144	0	0	0	0	144	0	144	0

COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
COPA CRAQUES DO FUTURO SUB 15	40					40							
COPA CRAQUES DO FUTURO SUB 13	40					40							
COPA CRAQUES DO FUTURO SUB 11	40					40							
COPA CRAQUES DO FUTURO SUB 09	40					40							
COPA MACAÉ FUT7 SUB 15	40										40		
COPA MACAÉ FUT7 SUB 13	40										40		
COPA MACAÉ FUT7 SUB 11	40										40		
COPA MACAÉ FUT7 SUB 09	40										40		
TOTAL DE PARTIDASS DE FUTEBOL SOCIETY/ FUT7	320	0	0	0	0	160	0	0	0	0	160	0	0

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
BEACH TENNIS MASCULINA ETAPA 1	63					63							
BEACH TENNIS FENININO ETAPA 1	63					63							
BEACH TENNIS MISTO ETAPA 1	63					63							
BEACH TENNIS MASCULINA ETAPA 2	63								63				
BEACH TENNIS FENININO ETAPA 2	63								63				
BEACH TENNIS MISTO ETAPA 2	63								63				
BEACH TENNIS MASCULINA ETAPA 3	63											63	
BEACH TENNIS FENININO ETAPA 3	63											63	
BEACH TENNIS MISTO ETAPA 3	63											63	
TOTAL DE PARTIDAS DE BEACH TENNIS	567	0	0	0	0	189	0	0	189	0	0	189	0

COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
CAMPEONATO MUNICIPAL DE JIU-JITSU - ETAPA 1	12	12											
CAMPEONATO MUNICIPAL DE JIU-JITSU - ETAPA 2	12				12								
CAMPEONATO MUNICIPAL DE JIU-JITSU - ETAPA 3	12									12			
TOTAL DE DIÁRIAS DE JIU-JITSU	36	12	0	0	12	0	0	0	0	12	0	0	0

COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
CAMPEONATO MUNICIPAL DE KARATÊ - ETAPA 1	12		12										
CAMPEONATO MUNICIPAL DE KARATÊ - ETAPA 2	12					12							
CAMPEONATO MUNICIPAL DE KARATÊ - ETAPA 3	12										12		
TOTAL DE DIÁRIAS DE KARATÊ	36	0	12	0	0	12	0	0	0	0	12	0	0

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

COMPETIÇÕES	TOTAL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
CAMPEONATO MUNICIPAL DE JUDÔ - ETAPA 1	12			12									
CAMPEONATO MUNICIPAL DE JUDÔ - ETAPA 2	12						12						
CAMPEONATO MUNICIPAL DE JUDÔ - ETAPA 3	12											12	
TOTAL DE DIÁRIAS DE JUDÔ	36	0	0	12	0	0	12	0	0	0	0	12	0

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa abaixo se propõe a prestar o serviço objeto deste edital, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____ - _____ Fax: (____) _____ - _____

E-mail: _____

CNPJ: _____._____._____/_____-____

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para a modalidade FUTEBOL DE CAMPO , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem 04 (quatro) árbitros, sendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) árbitros assistentes e 01 (um) quarto árbitro, com curso oficializado pela confederação brasileira de futebol, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cronômetro, cartões marcadores, bandeirolas, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	458		
2	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade VÔLEI DE QUADRA , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 03 (três) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	144		

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade VÔLEI DE PRAIA , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 03 (três) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	756		
4	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade FUTEVÔLEI , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 03 (três) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	756		

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade BASQUETEBOL , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 05 (cinco) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário cronometrista de 24 seg, 01 (um) cronometrista e 01 (um) mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	144		
6	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade BASQUETE 3X3 , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 05 (cinco) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário cronometrista de 24 seg, 01 (um) cronometrista e 01 (um) mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	144		

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para a modalidade BEACH SOCCER , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem 03 (três) árbitros, sendo 02 árbitros, 01 mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira de futebol, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cronômetro, cartões marcadores, bandeirolas, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	432		
8	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para a modalidade FUTSAL , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem 03 (três) árbitros, sendo 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira de futebol, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cronômetro, cartões marcadores, bandeirolas, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	432		

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
9	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade JIU-JITSU , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário. Pagamento por diária (08 horas).	Diária	36		
10	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade KARATÊ , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário. Pagamento por diária (08 horas).	Diária	36		
11	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade JUDÔ , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário. Pagamento por diária (08 horas).	Diária	36		

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
12	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade BEACH TENNIS , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro, por partida com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Pagamento por partida.	Partida	567		
13	18449	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para a modalidade FUTEBOL SOCIETY/FUT7 , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem 03 (três) árbitros, sendo 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira de futebol, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cronômetro, cartões marcadores, bandeirolas, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	320		

1. PREÇO TOTAL OFERTADO:

1.1. O preço total ofertado é R\$ _____ (_____).

1.2. O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 032/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

1.3. Declaro, ainda, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

2.1. O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

4. DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:
CONTA CORRENTE:
AGÊNCIA:

Local e data

Nome da empresa licitante
Responsável legal
assinar e carimbar

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Aos dias do mês de do ano de, presente de um lado o Município de Macaé, por intermédio do (a), neste ato representada pelo(a) Senhor(a)....., devidamente autorizado (a) pela Portaria n.º xxx/xx, publicada no de XX/XX/XX, doravante denominado **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR**, e do outro a empresa, representadas pelo seus representantes legais, Senhor (a)....., com sede na, inscritas no CNPJ/MF sob o número, doravante denominado **PRESTADOR DE SERVIÇOS**, firmam a presente **ATA DE REGISTROS DE PREÇOS**, conforme decisão exarada no Processo Administrativo n.º SEI-006079/2026 e homologada às fls., referente ao Pregão Eletrônico n.º 032/2026 para Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 4.960/2022 e do Decreto Municipal nº 026/2023, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro dos preços classificados no Pregão Eletrônico nº 032/2026, conforme especificações e condições constantes do **ANEXO I** do mesmo instrumento, no qual estão contemplados o prazo de execução e a estimativa das prestações/quantidades de **serviços de arbitragem desportiva**, na medida das suas necessidades e segundo a conveniência do serviço público, e que a este termo integram, como se transcritas.

1.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 1 (um) ano, a contar a partir da publicação do extrato da ata no PNCP, podendo ser prorrogada, por igual período, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e observados os requisitos e condições previstos no art. 59-A do Decreto Municipal nº 026/2023 (incluído pelo Decreto nº 255/2025), admitida, na prorrogação, a renovação dos quantitativos registrados por item, até o limite do quantitativo original, durante o qual o PRESTADOR DE SERVIÇOS que tenha os seus preços registrados poderá ser convidado a firmar as contratações pelo **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR**, observadas as condições fixadas no edital e nas normas pertinentes.

1.3. A(s) contratação(ões) derivada(s) do registro obedecerá(ao) às condições previstas no Termo de Referência.

1.4. A existência de preços registrados não obriga o **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao PRESTADOR DE SERVIÇOS a preferência em igualdade de condições.

2. PREÇO

2.1. Os preços a serem praticados encontram-se especificados na Planilha de Lances desta Ata.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

2.2. Nos preços registrados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do PRESTADOR DE SERVIÇOS, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** das obrigações.

2.3. Em nenhuma hipótese serão registrados preços que se apresentem superiores aos de mercado.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da execução de cada contratação correrão à conta da dotação orçamentária correspondente:

3.1.1. Programa de Trabalho: 27.812.0085.2.276.000

3.1.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

3.1.3. Número Reduzido (NR): 2198

3.1.4. Fonte: 704-1

4. CONTRATAÇÃO

4.1. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, o PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá demonstrar a regularidade fiscal e trabalhista, bem como a inexistência de inidoneidade ou impedimento junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), cujas certidões devem ser juntadas ao respectivo processo pelo órgão gestor da contratação.

4.2. Para a utilização da Ata de Registro de Preços, o **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** deverá requisitar os itens registrados.

4.3. O PRESTADOR DE SERVIÇOS será convocado para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contado da data do recebimento da convocação.

4.4. O **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** solicitará ao fornecedor/prestador, por escrito, através da Nota de Empenho, e dentro do prazo de validade do Registro de Preços, os quantitativos necessários de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos neste edital e a ordem de classificação das propostas.

4.5. A contratada deverá iniciar a execução a partir do recebimento da ordem de serviço/autorização de execução, informando em tempo hábil qualquer motivo que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

4.6. O **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR**, observados os critérios e condições estabelecidas neste edital, poderá contratar, concomitantemente, com dois ou mais fornecedores/prestadores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de execução do serviço do licitante e obedecida à ordem de classificação das respectivas propostas.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

4.7. Na hipótese de o PRESTADOR DE SERVIÇOS convocado não assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, ou não aceitar ou retirar a – Nota de Empenho –, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado da data do recebimento da convocação, o **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** poderá chamar os demais licitantes que tenham os seus preços registrados, obedecendo a ordem de classificação, e propor a contratação da prestação dos(as) **serviços de arbitragem desportiva** registrado pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, respeitado o disposto no Decreto Municipal nº 026/2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.8. Na hipótese de os demais licitantes não aceitarem a contratação pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, o **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** poderá contratar os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, para contratar nas condições propostas pelo licitante vencedor.

4.9. A assinatura do contrato ou do instrumento equivalente deverá ser realizada pelo representante legal do PRESTADOR DE SERVIÇOS ou mandatário com poderes expressos.

4.10. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nele contidas.

4.11. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Órgão Público ou Entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão/entidade gerenciador da Ata de Registro de Preços e aceitação do fornecedor, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.12. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não pelo fornecimento a outros Órgãos Públicos e/ou Entidades da Administração, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.13. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder, por Órgão Público e/ou Entidades da Administração, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.14. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. e,

4.15. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4.16. A quantidade de cada item que se pretende contratar e os meses de execução dos eventos encontra-se no anexo I – B.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

5. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

5.1. Prestar os serviços, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

5.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

5.3. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

5.4. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

5.5. Responsabilizar-se, exclusivamente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.6. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

5.7. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

5.8. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação de serviços ora contratada, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

5.9. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos serviços prestados, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.

5.10. Não utilizar o nome do Município de Macaé ou do **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

5.11. Não se pronunciar em nome do Município de Macaé ou do **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

5.12. Comunicar ao **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR**, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

5.13. Comunicar ao **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR**, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

5.14. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão da prestação de serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

5.15. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

5.16. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

5.17. Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Macaé e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

5.18. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

5.19. Requerer a exclusão do Município e do **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

5.20. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

5.21. O Município de Macaé e o **ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR** não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

6. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO/ENTE GERENCIADOR

6.1. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade do PRESTADOR DE SERVIÇOS por qualquer vício ou defeito na execução da contratação.

6.2. Notificar, por escrito, ao PRESTADOR DE SERVIÇOS sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

6.3. Efetuar os pagamentos devidos ao PRESTADOR DE SERVIÇOS pelos serviços efetivamente prestados e faturados, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. Em consonância com o instrumento convocatório, os pagamentos devidos à contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da emissão do termo de recebimento definitivo.

7.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir da regularização da pendência por parte da contratada.

7.3. Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias contados da ordem de execução, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a 15 (quinze) dias.

7.4. As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a prestação de serviços, no mês anterior à realização dos serviços.

8. CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Durante a sua vigência, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.

8.2. Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão ou ente gerenciador convocará os prestadores de serviços para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

8.3. Os prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.4. A ordem de classificação dos prestadores de serviço que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o prestador de serviço não puder cumprir o compromisso, o órgão ou ente gerenciador poderá:

8.5.1. Liberar o prestador de serviço do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de prestação de serviço, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

8.5.2. Convocar os demais prestadores de serviço para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.6. O registro de preços será cancelado quando o prestador de serviço:

8.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

8.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

8.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

8.6.4. sofrer aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 8.6.1, 8.6.2 e 8.6.4 será formalizado por despacho do Ordenador de Despesas do órgão ou ente gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

8.8.1. por razão de interesse público; ou

8.8.2. a pedido do prestador de serviços.

9. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

9.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes da Administração especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 4.960/2022 e do instrumento convocatório.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

10.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

- 10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 10.2.1. Advertência;
- 10.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
- 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 10.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022, bem como no Decreto 032/2026.
- 10.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.
- 10.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 10.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
- 10.7. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.
- 10.8. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11. VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

- 11.1. Integra esta Ata, como se nela estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo constante do Edital e nos seus anexos.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

12. CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL Nº 12.846/13 E DECRETO MUNICIPAL Nº 207/15

12.1. Para a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

13. CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

13.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

13.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

13.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

13.5. A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

14. FORO

14.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, que prevalecerá sobre qualquer outro – por mais privilegiado que seja – para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente ata.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

15. RESULTADO DA SESSÃO PÚBLICA

Item	Descrição	UND	QTD	Valor Ganho		Empresa Ganhadora
				Valor Unitário	Valor Total	
1	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para a modalidade FUTEBOL DE CAMPO , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem 04 (quatro) árbitros, sendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) árbitros assistentes e 01 (um) quarto árbitro, com curso oficializado pela confederação brasileira de futebol, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cronômetro, cartões marcadores, bandeirolas, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	458			
2	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade VÔLEI DE QUADRA , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 03 (três) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	144			

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

Item	Descrição	UND	QTD	Valor Ganho		Empresa Ganhadora
				Valor Unitário	Valor Total	
3	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade VÔLEI DE PRAIA , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 03 (três) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	756			
4	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade FUTEVÔLEI , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 03 (três) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	756			



PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

Item	Descrição	UND	QTD	Valor Ganho		Empresa Ganhadora
				Valor Unitário	Valor Total	
5	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade BASQUETEBOL , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 05 (cinco) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário cronometrista de 24 seg, 01 (um) cronometrista e 01 (um) mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	144			
6	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade BASQUETE 3X3 , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 05 (cinco) árbitros, sendo, 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário cronometrista de 24 seg, 01 (um) cronometrista e 01 (um) mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cartões, entro outros). Pagamento por partida.	Partida	144			



PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

Item	Descrição	UND	QTD	Valor Ganho		Empresa Ganhadora
				Valor Unitário	Valor Total	
7	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para a modalidade BEACH SOCCER , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem 03 (três) árbitros, sendo 02 árbitros, 01 mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira de futebol, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cronômetro, cartões marcadores, bandeirolas, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	432			
8	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para a modalidade FUTSAL , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem 03 (três) árbitros, sendo 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira de futebol, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cronômetro, cartões marcadores, bandeirolas, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	432			



PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

Item	Descrição	UND	QTD	Valor Ganho		Empresa Ganhadora
				Valor Unitário	Valor Total	
9	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade JIU-JITSU , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário. Pagamento por diária (08 horas).	Diária	36			
10	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade KARATÊ , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário. Pagamento por diária (08 horas).	Diária	36			
11	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade JUDÔ , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário. Pagamento por diária (08 horas).	Diária	36			

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

Item	Descrição	UND	QTD	Valor Ganho		Empresa Ganhadora
				Valor Unitário	Valor Total	
12	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para modalidade BEACH TENNIS , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro, por partida com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federados, ou de liga autônoma caso aprovado pelo solicitante. Pagamento por partida.	Partida	567			
13	Prestação de serviços de arbitragem esportiva para a modalidade FUTEBOL SOCIETY/FUT7 , de acordo com as normas oficiais da modalidade. Composição da equipe de arbitragem 03 (três) árbitros, sendo 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário, por partida, com curso oficializado pela confederação brasileira de futebol, federados pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, ou filiados a outra entidade esportiva a ser apreciada, podendo ser aprovada ou não pelo solicitante. Os árbitros deverão estar uniformizados possuindo todo equipamento necessário para sua realização (súmulas, apitos, cronômetro, cartões marcadores, bandeirolas, entre outros). Pagamento por partida.	Partida	320			

16. FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

16.1. Havendo manifestação de interessados durante o procedimento licitatório, poderá ser formalizado Cadastro de Reserva de Prestador(es) de Serviço(s), objetivando posteriormente a substituição da titularidade da ata de registro de preços em decorrência de cancelamento, devendo neste caso ser respeitado preços iguais ao do licitante vencedor e observado a ordem de classificação final, nos termos do artigo 58 do Decreto Municipal nº 026/2023.

16.2. Segue no anexo I a esta ata de registro de preços a relação de itens com seu respectivo cadastro de reserva.

Macaé RJ, __ de _____ de 2026.



PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	
EMPRESA REGISTRADA	REPRESENTANTE	ASSINATURA

Testemunhas:

1 -
CPF/MF n.º

2 -
CPF/MF n.º

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

ANEXO IV

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-006079/2026

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE MACAÉ E A EMPRESA**
_____, NA
FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que entre si celebram, o **MUNICÍPIO DE MACAÉ**, inscrito no CNPJ sob o nº _____, estabelecida à _____, na cidade de Macaé - RJ, neste ato representado por seu Secretário(a), devidamente nomeado pela Portaria Nº ____/_____,
(nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua _____, neste ato representado pelo seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e CPF nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, conforme autorizado no Processo Administrativo nº SEI-006079/2026, na forma da Nota de Empenho constante dos autos, regendo-se às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 4.960/2022, do Decreto Municipal nº 026/2023 e da legislação correlata, bem como de acordo com as cláusulas contratuais abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E DA FINALIDADE

1.1. O presente contrato tem por objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem desportiva, para atender diversas modalidades esportivas em eventos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte, conforme especificado no termo de referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.

1.2. A finalidade da contratação é a necessidade de assegurar a realização regular e tecnicamente adequada dos eventos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte, por meio de arbitragem desportiva especializada, em diversas modalidades, conforme especificado no termo de referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.

1.3. A lavratura do presente contrato foi autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme decisão constante à fl. do processo administrativo em epígrafe.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento à CONTRATADA pela prestação de serviços efetivamente executado, do valor de R\$ _____ (_____), e nele deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, livre de quaisquer ônus para o MUNICÍPIO.

2.2. Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da Contratada, bem como na Nota de Empenho correspondente.

2.3. A Contratada declara que os preços propostos para prestação de serviço em questão levaram em conta todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens, impostos, transporte e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.

2.4. Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO DE MACAÉ, em moeda corrente nacional, por meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) de acordo com os valores apurados por servidores competentes do MUNICÍPIO e prepostos habilitado da contratada, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços.

2.5. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

2.6. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

2.7. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do período a que se refere a prestação de serviço, as seguintes informações:

2.7.1. O número do instrumento contratual;

2.7.2. O nome e código do banco;

2.7.3. Agência e número da conta corrente da contratada.

2.8. Para a autorização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar à Secretaria Municipal responsável pelo contrato, ou local por ela designado:

2.9. As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:

2.9.1. Nota fiscal/fatura mensal respectiva, referente a prestação de serviços do mês anterior, ou na forma que a legislação tributária venha a exigir;

2.9.2. Comprovação de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

2.9.3. Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

2.10. A fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

2.11. A devolução da fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA a suspender a prestação de serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

2.12. Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.

2.13. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO.

2.14. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais.

2.15. O MUNICÍPIO poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento vinculada a prestação de serviços, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste contrato:

2.15.1. Imperfeição dos serviços executados;

2.15.2. Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito do serviço, por parte do MUNICÍPIO e/ou responsável pelo contrato;

2.15.3. Débito da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE MACAÉ, que provenha da execução deste contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da fatura referida no *caput*;

2.15.4. O não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

2.15.5. Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do presente contrato.

2.16. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva do MUNICÍPIO DE MACAÉ, no prazo estabelecido neste contrato, configurará mora.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas oriundas deste CONTRATO correrão por conta dos recursos orçamentários consignados ao **MUNICÍPIO DE MACAÉ**, programa de trabalho _____, elemento de despesa _____, nota de empenho ____/____, emitida em ____/____/____, vigente para o exercício de _____.

3.2. Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a manutenção deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores, onde existirão verbas consignadas em dotação apropriada, em observância ao princípio da anualidade.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

4.1. Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do MUNICÍPIO nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

5.2. A contratada deverá iniciar a execução a partir do recebimento da ordem de serviço/autorização de execução, informando em tempo hábil qualquer motivo que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os contratos que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (data-base 06/2026), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

6.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

6.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

6.5. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

6.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato; e

6.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Prestar o serviço, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

7.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

- 7.3. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 7.4. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.
- 7.5. Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.
- 7.6. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.
- 7.7. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.
- 7.8. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação de serviços ora contratada, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.
- 7.9. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos serviços prestados, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.
- 7.10. Não utilizar o nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.
- 7.11. Não se pronunciar em nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.
- 7.12. Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.
- 7.13. Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).
- 7.14. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

7.15. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

7.16. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

7.17. Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Macaé e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

7.18. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

7.19. Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

7.20. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

7.21. Cumprir com todas as demais obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao edital.

7.22. O Município de Macaé e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

7.23. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

8.1. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da CONTRATADA, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização do serviço correspondente.

8.2. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

8.3. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

8.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 2 (dois) meses, após concluída a instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.6. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar a prestação de serviços ora contratada, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

CLÁUSULA NONA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes do **MUNICÍPIO** especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 4.960/2022:

9.1.1. Gestor do Contrato: Rodrigo de Souza Caldeira, Matrícula nº 408.104, designado pela Portaria da Secretaria Municipal de Esporte nº 001/2026, de 14/05/2026, publicada em 20 de maio de 2026.

9.1.2. Comissão de Fiscalização: Ualisson Anchieta Áreas, matrícula nº 408.044; Renato Gonçalves, matrícula nº 408.761; e Alessandro dos Santos Lattanzi Arcuri, matrícula nº 38.410, designados por intermédio da Portaria da Secretaria Municipal de Esporte nº 001/2026, de 14/05/2026, publicada em 20 de maio de 2026.

9.2. São atribuições do Gestor de Contratos:

9.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

9.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

9.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

9.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

9.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

9.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

9.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

9.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

- 9.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 9.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;
- 9.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;
- 9.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 9.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.
- 9.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:
- 9.3.1. Acompanhar os prazos de execução dos serviços, diligenciando com a CONTRATADA, se necessário;
- 9.3.2. Receber, provisória e definitivamente, os serviços, mediante termo detalhado;
- 9.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal da CONTRATADA;
- 9.3.4. Devolver à CONTRATADA as notas fiscais em desconformidade com o contrato;
- 9.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 9.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;
- 9.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 9.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;
- 9.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato;
- 9.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;
- 9.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas aos serviços;
- 9.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela CONTRATADA;
- 9.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

9.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

9.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à CONTRATADA, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

9.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;

9.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;

9.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;

9.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços a serem adquiridos;

9.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à CONTRATADA;

9.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA previstas no termo de referência, no projeto básico e no contrato;

9.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

10.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

- 10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas à CONTRADA as seguintes sanções:
- 10.2.1. Advertência;
- 10.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
- 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 10.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022, bem como no Decreto 032/2026.
- 10.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.
- 10.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 10.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
- 10.7. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.
- 10.8. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva CONTRATADA. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. Constituem motivo para extinção do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento de qualquer de seus termos, cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou ocorrência de qualquer situação prevista no art. 137 da Lei de Licitações.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

11.2. No ato da extinção contratual, a CONTRATADA prestará contas dos produtos que lhe tenham sido solicitados.

11.3. Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no momento da extinção, poderá o MUNICÍPIO efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, no limite suficiente à compensação dos mesmos.

11.4. Em qualquer hipótese de extinção contratual, a CONTRATADA somente terá direito à remuneração pelos serviços prestados.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de extinguir este Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.6. A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO DE MACAÉ, em caso de extinção com fundamento no art. 138, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA

12.1. Fica a contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ, com cópia à Coordenadoria Geral de Contratos prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

12.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé.

12.3. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição e verbas rescisórias.

12.4. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão.

12.5. No caso de renovação da contratação, a contratada deverá renovar a garantia.

12.6. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a contratada reforçará a garantia, conforme o caso.

12.7. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias.

12.8. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização.

12.9. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

12.10. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.

13.1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias a prestação de serviços, salvo as despesas a serem pagas pelo MUNICÍPIO, devidamente expressas neste contrato.

13.2. Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre a prestação de serviços objeto deste instrumento, o MUNICÍPIO procederá conforme a seguir:

13.2.1. Caso haja diferença a maior, o MUNICÍPIO somente procederá ao pagamento mediante comprovação pela CONTRATADA do ônus decorrente;

13.2.2. Na hipótese da CONTRATADA, vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o MUNICÍPIO procederá à revisão do custo indicado na data-base;

13.2.3. Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste contrato.

13.3. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar à CONTRATADA quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

13.4. Quando por disposição legal, o MUNICÍPIO for o responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vier a responder por acréscimos e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento por não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento apontado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS E ICMS

14.1. A CONTRATADA, no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas todas as condições pertinentes contidas no artigo 68, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo imediatamente comunicar o MUNICÍPIO qualquer alteração que possa comprometer a manutenção de seus termos, bem como mantê-las atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VINCULAÇÃO

15.1. O presente Contrato fica vinculado ao Termo de Referência, ao edital de licitação e seus anexos, bem como à proposta do licitante vencedor, constantes do processo administrativo em epígrafe, nos termos do artigo 92, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante Termo Aditivo e em conformidade com o artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

16.2. Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como concessão excepcional, não constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

17.1. As partes não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

17.2. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem o MUNICÍPIO no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais nestas “Disposições Gerais”.

19.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do MUNICÍPIO, cujo objetivo final é o atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

19.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

19.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão integras.

19.5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do MUNICÍPIO.

19.6. Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá sempre o disposto no contrato.

19.7. Caso o presente instrumento seja assinado de forma digital ou eletrônica em datas diversas, considerar-se-á a data da última assinatura para fins de vigência.

19.8. A CONTRATADA tem conhecimento do código de ética e integridade da Secretaria Executiva de Licitações, Contratos e Parcerias, constante no link <https://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1731562528.pdf>.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL Nº 12.846/13 E DECRETO MUNICIPAL Nº 207/15

20.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

21.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

21.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

21.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

21.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

21.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO USO DE MEIOS ADEQUADOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

22.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 141/2024, as partes poderão utilizar meios adequados de prevenção e resolução de controvérsias para dirimir conflitos relacionados a direitos patrimoniais disponíveis do presente Contrato, quais sejam, a conciliação, a mediação, o compromisso, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

22.2. São considerados direitos patrimoniais disponíveis:

22.2.1. questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

22.2.2. indenizações;

22.2.3. inadimplemento de obrigações contratuais pelas partes;

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

22.2.4. penalidades contratuais e seu cálculo.

22.3. Não serão submetidas aos meios de prevenção e resolução as controvérsias relacionadas:

22.3.1. a direitos indisponíveis não transacionáveis;

22.3.2. à natureza e à titularidade públicas de serviços concedidos ou permitidos;

22.3.3. ao poder de fiscalização e de regulação;

22.3.4. à rescisão do contrato.

22.4. A utilização de meios adequados de prevenção e resolução de controvérsias deve ser preferencial à judicialização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FORO

23.1. Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Macaé, _____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO
(Secretário Municipal)
Contratante

CONTRATADA
Empresa.....
RL xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Contratada

TESTEMUNHAS:

RG. n.º
CPF n.º

RG n.º
CPF n.º